

CONSULTA PÚBLICA DO ANEXO IV DA NR-16

Sugestão de Proposta de Texto – ANEXO IV NR -16

Apresentamos como proposta a utilização do Decreto 93.412, de 14 de outubro de 1986, como base para o Anexo IV da NR-16, com as adaptações necessárias devido à revogação da Lei nº 7.369, de 20 de setembro de 1985.

Desta forma, ficamos com o seguinte texto:

1 - São atividades em condições de periculosidade de que trata o artigo 193 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aquelas relacionadas no Quadro de Atividades/Área de Risco, anexo a esta regulamentação.

2 - É exclusivamente suscetível de gerar direito à percepção da remuneração adicional de que trata o artigo 193 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, o exercício das atividades constantes do Quadro anexo, desde que o empregado, independentemente do cargo, categoria ou ramo da empresa:

a) permaneça habitualmente em área de risco, executando ou aguardando ordens, e em situação de exposição contínua, caso em que o pagamento do adicional incidirá sobre o salário da jornada de trabalho integral;

b) ingresse de modo intermitente e habitual, em área de risco, caso em que o adicional incidirá sobre o salário do tempo despendido pelo empregado na execução de atividade em condições de periculosidade ou do tempo à disposição do empregador, na forma do inciso I deste artigo.

I. O ingresso ou a permanência eventual em área de risco não geram direito ao adicional de periculosidade.

II. São equipamentos ou instalações elétricas em situação de risco aqueles de cujo contato físico ou exposição aos efeitos da eletricidade possam resultar incapacitação, invalidez permanente ou morte.

III. O fornecimento pelo empregador dos equipamentos de proteção a que se refere o disposto no artigo 166 da Consolidação das Leis do Trabalho ou a adoção de técnicas de proteção ao trabalhador eximirá a empresa do pagamento do adicional, salvo quando não for eliminado o risco resultante da atividade do trabalhador em condições de periculosidade.

3 - O pagamento do adicional de periculosidade não desobriga o empregador de promover as medidas de proteção ao trabalhador, destinadas à eliminação ou neutralização da periculosidade nem autoriza o empregado a desatendê-las.

4 - Cessado o exercício da atividade ou eliminado o risco, o adicional de periculosidade poderá deixar de ser pago.

a) A caracterização do risco ou da sua eliminação far-se-á através de perícia, observado o disposto no artigo 195 e parágrafos da Consolidação das Leis do Trabalho.

5 - Os empregados que exercerem atividades em condições de periculosidade serão especialmente credenciados e portarão identificação adequada.

ANEXO AO ANEXO IV DA NR-16

QUADRO DE ATIVIDADES/ÁREA DE RISCO	
Atividades	Áreas de risco
<p>1 - Atividades de Construção, Operação e Manutenção de redes e linhas aéreas de alta e baixa tensões integrantes de sistemas elétricos de potência, energizadas, mas com possibilidade de energização, acidental ou por falha operacional, incluindo :</p> <p>1.1 - Montagem, instalação, substituição, conservação, reparos, ensaios e testes de: verificação, inspeção, levantamento, supervisão e fiscalização: fusíveis, condutores, para-raios, postes, torres, chaves, muflas, isoladores, transformadores capacitores, medidores, reguladores de tensão, religadores, seccionadores, carrier (onda portadora via linhas de transmissão), cruzetas, relé e braço de iluminação pública, parêlo de medição gráfica, bases de concreto ou alvenaria de torres, postes e estrutura de sustentação de redes e linhas aéreas e demais componentes das redes aéreas.</p> <p>1.2 - Corte e poda de árvores.</p> <p>1.3 - Ligações e cortes de consumidores.</p> <p>1.4 - Manobras aéreas e subterrâneas de redes e linhas.</p> <p>1.5 - Manobras em subestação.</p>	<p>1 - Estruturas, condutores e equipamentos de Linhas Aéreas de Transmissão, Sub-transmissão e Distribuição, incluindo plataformas e cestos aéreos usados para execução dos trabalhos</p> <p>- Pátio e salas de operação de subestações.</p> <p>- Cabines de distribuição.</p> <p>- Estruturas, condutores e equipamentos de redes de tração elétrica incluindo escadas, plataforma e cestos aéreos usados para execução dos trabalhos.</p>

<p>1.6 - Testes de curto em linhas de transmissão.</p> <p>1.7 - Manutenção de fontes de alimentação de sistemas de comunicação</p> <p>1.8 - Leitura em consumidores de alta tensão.</p> <p>1.9 - Aferição em equipamentos de medição.</p> <p>1.10 - Medidas de resistência, lançamento e instalação de cabo contrapeso.</p> <p>1.11 - Medidas de campo elétrico, rádio interferência e correntes induzidas.</p> <p>1.12 - Testes elétricos em instalações de terceiros em faixas de linhas de transmissão (oleodutos, gasodutos, etc.).</p> <p>1.13 - Pintura de estruturas e equipamentos.</p> <p>1.14 - Verificação, inspeção, inclusive aérea, fiscalização, levantamento de dados e supervisão de serviços técnicos.</p>	
<p>2 - Atividades de construção, operação e manutenção de redes e linhas subterrâneas de alta e baixa tensões integrantes de sistemas elétricos de potência, energizados ou desenergizados, mas com possibilidade de energização acidental ou por operacional, incluindo:</p> <p>2.1 - Montagem, instalação, substituição, manutenção e reparos de: barramentos, transformadores, disjuntores, chaves e seccionadoras, condensadores chaves a óleo, transformadores para instrumentos, cabos subterrâneos e subaquáticos, painéis, circuitos elétricos, contatos, muflas e isoladores e demais componentes de redes</p>	<p>2 - Valas, banco de dutos, canaletas, condutores, recintos internos de caixas, poços de inspeção, câmara, galeria túneis, estruturas terminais e áreas de superfície correspondentes.</p> <p>- Áreas submersas em rios, lagos e mares.</p>

<p>subterrâneas.</p> <p>2.2 - Construção civil, instalação, substituição, e limpeza de: valas, bancos de dutos, dutos, condutos, canaletas, galerias, túneis, caixas ou poços de inspeção, câmaras.</p> <p>2.3 - Medição, verificação, ensaios, testes, inspeção, fiscalização, levantamento de dados e supervisões de serviços técnicos.</p>	
<p>3 - Atividades de inspeção, testes, ensaios, calibração, medição e reparos em equipamentos e materiais elétricos, eletrônicos, eletromecânicos e de segurança individual e coletiva em sistemas elétricos de potência de alta e baixa tensão.</p>	<p>3 - Áreas das oficinas e laboratórios de testes e manutenção elétrica, eletrônica e eletro-mecânica onde são executados testes, ensaios, calibração e reparos de equipamentos energizados ou possíveis de energizamento acidental.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Sala de controle e casas de máquinas de usinas e unidades geradoras. - Pátios e salas de operação de subestações, inclusive consumidoras. - Salas de ensaios elétricos de alta tensão. - Sala de controle dos centros de operações.
<p>4 - Atividades de construção, operação e manutenção nas usinas, unidades geradoras, subestações e cabines de distribuição em operações, integrantes de sistemas de potência, energizado ou desenergizado com possibilidade de voltar a funcionar ou energizar-se acidentalmente ou por falha operacional, incluindo.</p> <p>4.1 - Montagem, desmontagem, operação e conservação de: medidores, relés, chaves, disjuntores e relidadores, caixas de controle, cabos de força, cabos de</p>	<p>4 - Pontos de medição e cabines de distribuição, inclusive de consumidores.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Salas de controles, casa de máquinas, barragens de usinas e unidades geradoras. - Pátios e salas de operações de subestações inclusive consumidoras.

<p>controle, barramentos, baterias e carregadores, transformadores, sistemas anti-incêndio e de resfriamento, bancos de capacidade, reatores, reguladores, equipamentos eletrônicos, eletrônicos mecânicos e eletroeletrônicos, painéis, para-raios, áreas de circulação, estruturas suporte e demais instalações e equipamentos elétricos.</p> <p>4.2 - Construção de: valas de dutos, canaletas bases de equipamentos, estruturas, condutos e demais instalações.</p> <p>4.3 - Serviços de limpeza, pintura e sinalização de instalações e equipamentos elétricos.</p> <p>4.4 - Ensaios, testes, medições, supervisão, fiscalizações e levantamentos de circuitos e equipamentos elétricos, eletrônicos de telecomunicação e telecontrole.</p>	
<p>5 - Atividades de treinamento em equipamentos ou instalações energizadas, ou desenergizadas, mas com possibilidade de energização acidental ou por falha operacional.</p>	<p>5 - Todas as áreas descritas nos itens anteriores.</p>

JUSTIFICATIVAS PARA A PROPOSIÇÃO DESTA UTILIZAÇÃO:

A proposta de utilização do Decreto 93.412, de 14 de outubro de 1986, tem por base a **segurança jurídica proporcionada pelos 27 anos de utilização**, bem como a vontade expressa do legislador, que teve com intuito de ampliar o conjunto de profissionais abrangidos e em nenhum momento de restringir.

Podemos resumir em 03 pilares esta afirmação:

1. Vontade expressa do legislador;
2. A consolidação da legislação ao longo dos anos;
3. Vasta Jurisprudência.

Vamos embasar os itens, conforme segue:

1. VONTADE EXPRESSA DO LEGISLADOR

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=899464&filename=Tramitacao-PL+1033/2003

.....

O Direito do Trabalho tem como escopo e princípio a proteção do trabalhador. Toda norma que pretenda alterar o ordenamento jurídico trabalhista deve ser mais favorável ao trabalhador do que a norma que a precedeu.

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=866028&filename=Tramitacao-PL+1033/2003

.....

A redação do projeto de lei enviado ao Senado é fruto do trabalho da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público - CTASP, que aprovou o substitutivo do Relator, Deputado Roberto Santiago, ao projeto de Lei nº 1.033, de 2003, e ao Projeto de Lei 1.562, de 2007, apensado, aperfeiçoando-os nos seguintes pontos:

- 1) vinculação do adicional de periculosidade à situação de risco e não à determinada categoria;*
- 2) ampliação das condições objetivas que autorizam o adicional de periculosidade, para abranger maior número de atividades profissionais;*
- 3) inclusão do elevado risco de acidente do trabalho como uma das condições que fundamenta o adicional, de forma a deixar de ser conveniente e economicamente interessante a não adoção de medidas de segurança do trabalho;*
- 4) inclusão da hipótese de periculosidade em razão de contato com a energia elétrica no art. 193, da CLT, e revogação da Lei nº 7.369/1985, de forma a amparar outros trabalhadores expostos a risco em virtude do contato ou proximidade com a energia elétrica, como os empregados de empresas de telefonia.*

.....

De fato, a Lei nº 7.369/1985 acentua o modelo discriminatório do reconhecimento da periculosidade, de vez que concede o adicional apenas aos empregados do setor elétrico e não, genericamente, aos trabalhadores que, por força de sua atividade, laboram em situação de risco acentuado em virtude de contato com a energia elétrica.

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=516219&filename=Tramitacao-PL+1033/2003

.....

Cumpra observar que, no substitutivo, as atividades de vigilância estarão inseridas nas hipóteses de "roubos ou outras espécies de violência física". Além disso, a modificação sugerida ao art. 193 da CLT prevê como atividade perigosa o contato permanente com energia elétrica, tendo em vista o que prevê a Lei nº 7.369, de 20 de setembro de 1985, que instituiu o adicional de periculosidade aos empregados do setor de energia elétrica.

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=239567&filena me=Tramitacao-PL+1033/2003

.....

*O conceito de periculosidade, na sistemática atual, extrai-se diretamente do texto legal, isto é, para fins da concessão de adicional, é **atividade perigosa o que a lei diz ser. Se não está na lei, não importa que a ciência, a técnica ou mesmo o senso comum informe que uma determinada atividade seja desenvolvida em ambientes de elevadíssimo risco.***

.....

Este conceito de periculosidade, que envolvia apenas inflamáveis e explosivos, foi ampliado, mais tarde, com a edição da Lei n.º 7.369, de 20 de setembro de 1985, que incluiu o trabalho com a energia elétrica entre as atividades geradoras do adicional. Esta lei tem quatro artigos, mas três deles são jargões jurídicos que remetem a Lei à regulamentação, revogam disposições em contrário e estabelecem sua vigência a partir da data de sua publicação.

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=516219&filena me=Tramitacao-PL+1033/2003

.....

*Entendemos, no entanto, que o adicional não deve ser vinculado à categoria, mas sim à **situação de risco.***

2. A CONSOLIDAÇÃO DA LEGISLAÇÃO AO LONGO DOS ANOS;

A legislação brasileira prevê, como matéria constitucional, devidamente regulamentada, o adicional de remuneração para as atividades classificadas como perigosas:

Constituição Federal

Art. 7º. São direitos dos trabalhadores:

...

XXIII – adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas, na forma da lei.

As atividades penosas ainda não estão definidas por lei, porém as insalubres e perigosas estão, em sua maioria, descritas pela Lei nº 6514, de 22 de dezembro de 1977, que modificou o Capítulo V do Título II da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

No caso específico das atividades perigosas, dizia o artigo 193 da CLT:

Art. 193. São consideradas atividades ou operações perigosas, na forma da regulamentação aprovada pelo Ministério do Trabalho, aquelas que, por sua natureza ou métodos de trabalho, impliquem o contato permanente com inflamáveis ou explosivos em condições de risco acentuado.

A regulamentação a que o artigo 193 se referia é aquela estabelecida pela Portaria nº 3214, de 8 de junho de 1978, e modificações posteriores, que estabeleceu as Normas Regulamentadoras – NR.

Como se pode observar, a legislação que tratava especificamente do tema, não classificou como atividades ou operações perigosas aquelas que eram exercidas em contato ou em condições de risco de contato com a eletricidade.

Na mesma época da edição da Lei 6514/77 e da Portaria 3214/78, já existia um Projeto de Lei para instituir uma remuneração adicional para os trabalhadores do setor de energia elétrica. Entretanto, apenas em 1985, este Projeto se materializou na Lei nº 7.369, editada em 20 de setembro daquele ano.

A matéria passou, então, a ter uma lei específica, desgarrada do conjunto da legislação de segurança e medicina do trabalho.

A Lei nº 7.369, de 20 de setembro de 1985, instituiu a remuneração adicional para quem exerce atividade no setor de energia elétrica, em condições de periculosidade.

Art. 1º O empregado que exerce atividade no setor de energia elétrica, em condições de periculosidade, tem direito a uma remuneração adicional de trinta por cento sobre o salário que perceber.

Art. 2º No prazo de noventa dias o Poder Executivo regulamentará a presente Lei, especificando as atividades que se exercem em condições de periculosidade.

No mesmo ano, em 26 de dezembro, ela foi regulamentada pelo Decreto nº 92.212. Entretanto, menos de um ano depois, a lei ganha nova regulamentação com a edição do Decreto 93.412, de 14 de outubro de 1986, que revoga o anterior.

A diferença fundamental entre esses dois instrumentos regulamentadores está em duas questões: a proporcionalidade e a exigência de perícia.

O Decreto 93.412/86 introduziu o pagamento proporcional ao tempo de exposição, isto é, a remuneração adicional de 30% estabelecida na Lei seria aplicada, quando ficasse caracterizada uma exposição intermitente, sobre o tempo em que o trabalhador estivesse exercendo atividade em área de risco:

Art. 2º É exclusivamente suscetível de gerar direito à percepção da remuneração adicional que trata o artigo 1º da Lei nº 7.369, de 20 de setembro de 1985, o exercício das atividades constantes do Quadro anexo, desde que o empregado independentemente do cargo, categoria ou ramo da empresa:

I - permaneça habitualmente em área de risco, executando ou aguardando ordens, e em situação de exposição contínua, caso em que o pagamento do adicional incidirá sobre o salário da jornada de trabalho integral;

II - ingresse, de modo intermitente e habitual, em área de risco, caso em que o adicional incidirá sobre o salário do tempo despendido pelo empregado na execução de atividade em condições de periculosidade ou do tempo à disposição do empregador, na forma do inciso I deste artigo.

Ficaram então estabelecidos dois critérios para o pagamento do adicional. O primeiro é aquele destinado aos que permanecem habitualmente em área de risco, cuja incidência é sobre o salário integral, conforme estabelecido na Lei 7.369/85. O segundo é o que estabelece uma incidência proporcional a uma referida intermitência.

Este pagamento proporcional foi tão duramente criticado e rechaçado pelos próprios juízes que acabou surgindo a seguinte súmula:

Súmula nº 364 do TST – Adicional de Periculosidade – Exposição Eventual, Permanente e Intermitente

Tem direito ao adicional de periculosidade o empregado exposto permanentemente ou que, de forma intermitente, sujeita-se a condições de risco. Indevido, apenas, quando o contato dá-se de forma eventual, assim considerado o fortuito, ou o que, sendo habitual, dá-se por tempo extremamente reduzido.

Ora, os Enunciados esclarecem o entendimento da instância superior da Justiça do Trabalho (o Tribunal Superior do Trabalho – TST) sobre determinada questão. Eles norteiam as instâncias inferiores e oferecem subsídios às partes interessadas; seu objetivo é a uniformidade de entendimento dos Tribunais Regionais em matérias reiteradamente julgadas.

A restrição ao pagamento da remuneração adicional ficou restrita à exposição eventual, que, segundo o referido Decreto exclui o direito à percepção do acréscimo indenizatório, conforme expresso no § 1º do artigo 2º:

Art. 2º.

§ 1º O ingresso ou permanência eventual em área de risco não geram direito ao adicional de periculosidade.

A segunda diferença, estabelecida pelo Decreto 93412/86 em relação ao seu antecessor, diz respeito à exigência de perícia para a caracterização do risco, conforme expresso em seu artigo 4º.:

Art. 4º.

§ 1º A caracterização do risco ou da sua eliminação far-se-á através de perícia, observando o disposto no artigo 195 e parágrafos da Consolidação das Leis do Trabalho.

Revendo o artigo 195, caput, da CLT:

Art.195. A caracterização e classificação da insalubridade e da periculosidade, segundo as normas do Ministério do Trabalho, far-se-ão através da perícia a cargo de Médico do Trabalho ou Engenheiro do Trabalho, registrados no Ministério do Trabalho.

Ora, se dúvida pudesse existir, em virtude de o artigo 195 da CLT referir-se às normas do Ministério do Trabalho e não a outros instrumentos jurídicos, o Decreto 93412/86 em seu § 1º do artigo 4º, deixa incontroversa a exigência da perícia. Sendo assim, o quadro de atividades e áreas de risco, apresentado como anexo ao Decreto 93412/86, não é

autoaplicável, sob o ponto de vista de enquadramento legal para concessão da remuneração adicional. É de se observar que, sendo matéria estritamente técnica, esta exigência legal (artigo 195, caput, da CLT), ratificada pelo texto do Decreto 93412/86 é prevista no Código de Processo Civil, ao estabelecer em seu artigo 145:

Art. 145. Quando a prova do fato depender de conhecimento técnico ou científico, o juiz será assistido por perito, segundo o disposto no artigo 421.

Art. 421, caput – O juiz nomeará o perito, fixando de imediato o prazo para a entrega do laudo.

Esclarecidas essas duas questões que levaram à edição de um segundo Decreto em espaço de tempo tão curto, resta comentar outra questão: a abrangência do adicional no que se refere aos trabalhadores que efetivamente têm direito ao recebimento desta remuneração adicional.

A Lei 7369/85 foi editada a partir de um projeto de lei cuja justificativa não nos deixa dúvidas quanto à intenção do legislador de atender a uma categoria profissional específica, a dos eletricitários, ou seja, aqueles que trabalham no setor de energia elétrica. A própria leitura do artigo 1º da lei 7369/85 deixa isso muito claro:

Art. 1º O empregado que exerce atividade no setor de energia elétrica, em condições de periculosidade, tem direito a uma remuneração adicional de trinta por cento sobre o salário que perceber.

Muito embora alguns intérpretes queiram crer que a expressão “setor de energia elétrica” inclua os setores de manutenção e afins de estabelecimentos usuários de energia elétrica, parece evidente que a lei se refere ao setor da economia, assim como nas expressões setor de telecomunicações, setor de serviços, setor de transportes etc.

Entretanto, mesmo com esta redação, confirmada pelo Decreto 93412/86, que utilizou o conceito de “sistemas elétricos de potência”, não foi essa a compreensão do meio jurídico em sua grande maioria. Consolidou-se, ao longo desses anos, extensa jurisprudência a favor da maior abrangência na aplicação da lei e do decreto. Chamando a isso de “dinâmica da Lei” a favor do que se chama “Direito Social”, muitos juízes têm considerado que a existência comprovada dos riscos elétricos em diferentes níveis de tensão e em diferentes atividades dá aos que está exposto a esses riscos o mesmo direito, sejam eles integrantes ou não da categoria profissional dos eletricitários.

Buscando esclarecer um pouco a questão, a Seção de Dissídios Individuais do Tribunal Superior do Trabalho, editou uma Orientação Jurisprudencial no final de 2003, com o seguinte teor:

Orientação Jurisprudencial nº 324 Publicada no DJ em 09.12.2003

É assegurado o adicional de periculosidade apenas aos empregados que trabalham em sistema elétrico de potência em condições de risco, ou que o façam com equipamentos e

instalações elétricas similares, que ofereçam risco equivalente, ainda que em unidade consumidora de energia elétrica.

Ao perito, fica a responsabilidade de levantar o real enquadramento do trabalhador nas atividades e áreas de risco incluídas no quadro anexo ao Decreto 93.412/86, confirmando se a exposição ocorre efetivamente em condições de periculosidade, conforme definido no artigo 2º, § 2º do referido Decreto:

Art. 2º

§ 2º São equipamentos ou instalações elétricas em situação de risco aquelas de cujo contato físico ou exposição aos efeitos da eletricidade possam resultar incapacitação, invalidez permanente ou morte.

Mantendo a característica de outras situações de periculosidade, o Decreto 93.412/86 apresenta um quadro em que as atividades estão acompanhadas de suas respectivas áreas de risco. A análise cuidadosa desse quadro, nos permite resumir as atividades da seguinte forma:

- a) Atividades de construção, operação e manutenção de redes de linhas aéreas e subterrâneas, usinas, subestações, cabinas de distribuição e áreas afins;
- b) Atividades de inspeção, testes, ensaios, calibração, medição, reparo e treinamento em equipamentos e instalações elétricas.

3. VASTA JURISPRUDÊNCIA

Súmula nº 364 do TST – Adicional de Periculosidade – Exposição Eventual, Permanente e Intermitente

Tem direito ao adicional de periculosidade o empregado exposto permanentemente ou que, de forma intermitente, sujeita-se a condições de risco. Indevido, apenas, quando o contato dá-se de forma eventual, assim considerado o fortuito, ou o que, sendo habitual, dá-se por tempo extremamente reduzido.

Orientação Jurisprudencial nº 324 Publicada no DJ em 09.12.2003

É assegurado o adicional de periculosidade apenas aos empregados que trabalham em sistema elétrico de potência em condições de risco, ou que o façam com equipamentos e instalações elétricas similares, que ofereçam risco equivalente, ainda que em unidade consumidora de energia elétrica.

ADICIONAL DE PERICULOSIDADE – TELECOMUNICAÇÕES DO PARÁ S/A (TELEPARÁ) – Incidência do Enunciado nº 361 da Súmula da Jurisprudência desta Corte, no sentido de que “o trabalho exercido em condições perigosas, embora de forma intermitente, dá direito ao empregado a receber o adicional de periculosidade de forma integral, tendo em vista que a Lei nº 7.369/85 não estabeleceu qualquer proporcionalidade em relação ao seu pagamento”. Recurso de revista não conhecido. (TST – RR 511.607/1998-4 – 4ª T. – Rel. Min.

Renato de Lacerda Paiva – DJU 18.06.1999 – p. 169)

PERICULOSIDADE – ELETRICIDADE – A Lei nº 7.369/85 refere-se ao "empregado" que exerce atividade no setor de energia elétrica (art. 1º) e não ao "eletricista". Por sua vez, o Decreto nº 93.412/86 alude à permanência, em área de risco, do empregado, independentemente do cargo, categoria ou ramo da empresa. O adicional de periculosidade em foco, portanto, não é devido somente ao "eletricista", mas a todo empregado que permaneça em área de risco, parecendo lógico o raciocínio, não bastasse a clareza da lei, de que o risco do "leigo" é ainda maior do que o do "eletricista". (TST – RR 164.843/95.1 – Ac. 7.633 – 3ª T. – Rel. Min. Manoel Mendes de Freitas – DJU 22.11.1996)

ADICIONAL DE PERICULOSIDADE – A Lei nº 7.369/85, que estabeleceu o direito ao adicional de periculosidade aos exercentes de atividades no setor de energia elétrica, não impôs restrições, nem tampouco vinculou o pagamento da parcela apenas aos trabalhadores em empresas geradoras e distribuidoras de eletricidade. Recurso de revista não provido. (TST – RR 522.704/1998-2 – 4ª T. – Rel. Min. Milton de Moura França – DJU 16.04.1999)

ADICIONAL DE PERICULOSIDADE – Aos eletricitários, que prestam serviços em condições de risco iguais aos daqueles que se submetem a contato com inflamáveis e/ou explosivos, ainda que em caráter intermitente, deve ser estendida a integralidade do adicional de periculosidade. (TST – RR 269.904/1996-9 – 4ª T. – Rel. Min. Milton de Moura França – DJU 18.09.1998 – p. 266)

ADICIONAL DE PERICULOSIDADE – ELETRICITÁRIOS – A regulamentação pelo Poder Executivo aludida na Lei 7.369/85 diz respeito apenas à especificação das atividades perigosas e não ao pagamento proporcional ao tempo de exposição. A intermitência não afasta o direito ao referido adicional. (TST – E-RR 84.476/93.8 – Ac. SDI 5.107/95 – Rel. Min. Afonso Celso – DJU 02.02.1996)

ADICIONAL DE PERICULOSIDADE – INSTALAÇÃO DE CONSUMO – A Lei 7.369 é lacônica, apenas tendo estabelecido o adicional de 30% para o empregado que exerce atividade em setor de energia elétrica, tendo deixado a cargo do decreto regulamentar a explicitação da matéria. O art. 2º do Decreto 93.412/86 dispõe: "É exclusivamente suscetível de gerar direito à percepção da remuneração adicional de trata o art. 1º da Lei 7.369, de 20 de setembro de 1985, o exercício das atividades constantes do Quadro anexo, desde que o empregado, independentemente do cargo, categoria ou ramo da empresa". Nos mencionados dispositivos legais inexistente distinção entre eletricitários que trabalhem em sistema elétrico de potência e os que cuidam de instalação do consumo. Ademais, do caput do art. 2º do Decreto 93.412/86, suso transcrito, constata-se que também as empresas consumidoras de energia podem ser enquadradas no gênero das que desenvolvem as atividades em condições de perigo. (TST – RR 238.087/1995-1 – 3ª T. – Rel. Min. Carlos Alberto Reis de Paula – DJU 30.10.1998 – p. 146)

ADICIONAL DE PERICULOSIDADE – INTERMITÊNCIA – ADICIONAL INTEGRAL – É tranqüila a jurisprudência deste Tribunal quanto ao direito do eletricitário ao recebimento do adicional integral de periculosidade nas hipóteses de exposição intermitente ao agente nocivo (Lei nº 7.369/85 e Decreto nº 93.142/86). (TST – E-RR 37.694/91.5 – Ac. SDI 4.698/94 – Rel. Min.

Ney Doyle – DJU 03.02.1995)

ADICIONAL DE PERICULOSIDADE – INTERMITÊNCIA – Em se tratando de eletricitários, o pagamento do adicional de periculosidade deve ser feito de forma integral mesmo que o contato do Laborista com o risco se faça de modo intermitente. (TST – E-RR 7:592/90.4 – Ac. SDI 2.620/95 – Rel. Min. Hylo Gurgel – DJU 08.09.1995)

TST ESCLARECE CÁLCULO DO ADICIONAL DE PERICULOSIDADE - A legislação federal que estabelece o direito dos trabalhadores do setor de energia elétrica à percepção do adicional de insalubridade (Lei nº 7.369/85) possui regras totalmente distintas das previstas na CLT para o tema. “E o desconhecimento desse fato tem gerado muita confusão”. A constatação foi feita pelo ministro João Oreste Dalazen durante o exame de um recurso, na Primeira Turma do Tribunal Superior do Trabalho, em que se discutiu a composição da base de cálculo do adicional.

No julgamento, o TST estabeleceu as diferenças entre as Leis e garantiu o cálculo do adicional de forma ampla, tendo como base a remuneração dos eletricitários, ou seja, com a inclusão de todas as verbas de natureza salarial.

A decisão foi tomada na concessão de embargos declaratórios aos quais foi dado o efeito de modificar um pronunciamento anterior do próprio TST, firmado num recurso de revista. Com a mudança, foi garantido a dois empregados da Empresa Energética de Sergipe S/A o pagamento de diferenças do adicional negadas inicialmente pelo Tribunal Regional do Trabalho de Sergipe (TRT-SE).

As diferenças decorreram da não inclusão, na base de cálculo do adicional, dos valores relativos a um anuênio e à incorporação da participação no lucro. O TRT-SE excluiu as duas parcelas por entender que “a incidência do adicional de periculosidade (isto é, a sua base de cálculo) se dá sobre o salário base e não sobre a remuneração”. Para fundamentar a decisão, o Tribunal Regional citou a Súmula nº 191 do TST onde é dito que “o adicional de periculosidade incide, apenas, sobre o salário básico, e não sobre este acrescido de outros adicionais”.

A fim de obter a integração das duas parcelas de natureza salarial, os trabalhadores propuseram recurso de revista ao TST. Eles argumentaram que o art. 1º da Lei nº 7.369/85 afastaria a incidência do Enunciado 191, que faria restrições sobre a inclusão de parcelas salariais no cálculo do adicional. A Lei citada, por outro lado, prevê o pagamento da verba de periculosidade com base em 30% do salário, sem restrições.

No primeiro exame da causa no TST, o recurso de revista dos eletricitários sergipanos foi negado, mas nos embargos de declaração o Tribunal reconheceu o direito dos trabalhadores. “Com efeito, o adicional de periculosidade da Lei nº 7.369/85 tem regras totalmente distintas das previstas na CLT”, observou o ministro Dalazen. “Por exemplo, enquanto a CLT diz que o fato constitutivo do direito ao adicional é o contato permanente, a Lei alude à permanência, ou ingresso, em área de risco” - explicou.

Quanto à base de cálculo, o ministro lembrou que o art. 193, § 1º da CLT, prevê a apuração do adicional a partir do salário sem os acréscimos resultantes de gratificações, prêmios ou



participações nos lucros da empresa. Por outro lado, frisou que a Lei nº 7369 garante ao eletricitário a remuneração adicional de 30% "sobre o salário que perceber".

"Estabelecidas essas distinções, verifica-se que todas as verbas de natureza salarial incidem no cálculo do adicional de periculosidade, conforme previsto na Lei nº 7369/85", concluiu o ministro Dalazen, que também citou outra decisão do TST na qual foi expresso que "o adicional de periculosidade, em se tratando de empregado eletricitário, está livre das exclusões previstas no art. 193, § 1º da CLT, e no Enunciado 191".

(EDEDRR – 527532/99)